



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025

ÍNDICE

1. Demonstrações Contábeis

- a) Balanço Patrimonial - Ativo
- b) Balanço Patrimonial – Passivo
- c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Social
- d) Demonstração de Resultado do Exercício
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

2. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

3. Parecer do Conselho Fiscal

4. Parecer dos Auditores Independentes



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VALINHOS

Av. Onze de Agosto, 2745-Valinhos-SP - CEP 13271-210

Fone: (19) 3869-5111 - CNPJ 46.056.487/0001-25

Site: www.santacasadevalinhos.com.br



BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
ATIVO

	Nota	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE		28.218.286,88	31.741.587,28
DISPONÍVEL		236.054,30	20.841,08
Caixa e Equivalente de Caixa		6.493,50	4.185,42
Bancos Contas Movimento		229.560,80	16.655,66
REALIZÁVEL		27.982.232,58	31.720.746,20
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		3.012.213,62	739.450,76
Aplicações financeiras de Liquidação Imediata		3.012.213,62	739.450,76
CRÉDITOS A RECEBER		6.616.321,58	8.790.421,76
Convênios	04	10.705.235,55	11.330.362,73
Particulares		-	-
Outros Créditos a Receber		21.502,79	50.900,93
Contas a Receber SUS	05	372.978,67	372.978,67
Provisão sobre Créditos de Liquidação Duvidosa		(4.483.395,43)	(2.963.820,57)
BENS E TÍTULOS A RECEBER		18.349.612,25	22.187.763,78
Estoques	06	1.093.570,19	1.112.081,43
Títulos a Receber		10.400,00	10.400,00
Adiantamentos a Funcionários	07	24.553,94	122.551,04
Adiantamentos a Fornecedores	07	1.240.071,33	388.325,90
Outros Créditos ou Bens a Receber	08	1.712.668,71	2.393.739,58
Subvenções e Doações a Receber	08	14.268.348,08	18.160.665,83
DESPESAS ANTECIPADAS	09	4.085,13	3.109,90
ATIVO NÃO CIRCULANTE		17.307.676,90	16.636.159,86
REALIZÁVEL À LONGO PRAZO		369.858,45	370.591,44
Outras Aplicações		-	-
Depósitos Judiciais e Fiscais	10	369.858,45	370.591,44
INVESTIMENTOS		839.737,56	836.117,32
Outros Investimentos	11	839.737,56	836.117,32
IMOBILIZADO	12	16.086.054,56	15.415.828,48
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO		8.831.289,60	9.376.115,37
Imóveis Hospitalares		18.084.160,05	18.024.632,02
(-)Depreciação de Imóveis Hospitalares		(9.252.870,45)	(8.648.516,65)
IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO		4.862.588,83	4.801.948,96
Instalações		512.183,64	492.493,26
Máquinas e Equipamentos		10.013.580,18	9.770.910,63
Equipamentos de Informática		1.191.907,80	1.041.251,35
Móveis e Utensílios		3.391.234,23	3.001.057,76
Rouparia		117.248,08	117.248,08
(-)Depreciação de Imobilizado em Uso		(10.363.565,10)	(9.621.012,12)
IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO - NÃO HOSPITALARES		2.392.176,13	1.237.764,15
Instalações		865.593,58	865.593,58
Máquinas e Equipamentos		900.172,23	329.428,69
Veículos		132.749,36	132.749,36
Outras Imobilizações		276.279,78	276.279,78
Obras em Andamento		817.264,32	109.707,64
(-)Depreciação de Imobilizado Não Hospitalares		(599.883,14)	(475.994,90)
INTANGÍVEL	12	12.026,33	13.622,62
Custo de Aquisição		246.988,31	246.988,31
(-)Amortização		(234.961,98)	(233.365,69)
TOTAL DO ATIVO		45.525.963,78	48.377.747,14

ADRIANA RIBEIRO
BICALHO
MAZZINI:41683092821

Assinado de forma digital por
ADRIANA RIBEIRO BICALHO
MAZZINI:41683092821
Dados: 2026.03.25 16:43:47 -03'00'

CELSO ANTONIO
PAFARO:0056732
5890

Assinado de forma digital por
CELSO ANTONIO
PAFARO:00567325890
Dados: 2026.03.26 08:30:41
-03'00'

MARIO ANTONIO
MASTEGUIN:0172770181
0

Assinado de forma digital por
MARIO ANTONIO
MASTEGUIN:01727701810
Dados: 2026.03.25 16:49:51 -03'00'

ADRIANA RIBEIRO BICALHO MAZZINI
CONTADORA
CRC SP323559/O-8

CELSO PÁFARO
TESOUREIRO

MARIO ANTONIO MASTEGUIN
PROVEDOR



BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
PASSIVO

	Nota	2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE		39.442.491,06	47.744.235,81
FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS GERAIS		5.492.841,80	7.058.448,50
Fornecedores de Bens		2.697.922,98	2.925.978,64
Fornecedores de Serviços Gerais		1.068.401,34	2.013.508,70
Fornecedores Serviços Médicos - Pessoa Física		-	-
Fornecedores Serviços Médicos - Pessoa Jurídica		1.726.517,48	2.118.961,16
OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS		5.472.259,18	5.133.459,59
Salários a Pagar		1.621.445,74	1.385.252,90
Férias		3.091.828,50	2.783.521,32
Rescisões de Contratos de Trabalhos		52.300,51	4.086,64
FGTS a Recolher		648.649,27	250.623,04
Repasse a Terceiros		58.035,16	709.975,69
OBRIGACOES COM TERCEIROS		2.813.858,49	2.843.308,81
Honorários Médicos		769.533,06	713.167,58
Plantões Médicos		2.044.325,43	2.130.141,23
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		4.907.816,25	4.793.302,45
Imposto de Renda Retido na Fonte		263.569,15	283.604,33
Contribuições Sociais Retidos na Fonte - CSRF		60.904,76	69.622,86
Contribuições Previdenciais Retidas		130.599,56	168.320,13
Imposto Sobre Serviços - ISS		13.211,43	9.527,26
Outros Impostos e Contribuições		-	-
Obrigações Tributárias - Parcelamento	13	4.439.531,35	4.262.227,87
OBRIGAÇÕES COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	14	3.206.354,84	6.042.235,48
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		3.727.051,72	6.357.366,44
(-) Ajuste a Valor Presente		(520.696,88)	(315.130,96)
Outras Obrigações Financeiras		-	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES		17.549.360,50	21.873.480,98
Subvenções a Realizar	15	15.358.264,08	20.797.899,25
Adiantamento de Clientes	16	267.189,47	279.804,37
Processos Judiciais		646.047,58	68.957,16
Outras Obrigações a Pagar		1.277.859,37	726.820,20
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		18.904.203,06	17.091.745,13
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS		3.161.719,89	1.523.161,75
Provisões Para Ações Tributárias		-	-
Provisões Para Ações Cíveis		1.035.388,61	531.161,75
Provisões Para Ações Trabalhistas		2.126.331,28	992.000,00
OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS		680.346,00	1.304.202,98
Parcelamento do FGTS		680.346,00	1.304.202,98
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	17	5.398.182,98	8.577.927,66
Contribuições Previdenciárias - Parcelamento		2.971.644,68	4.533.214,22
Demais Tributos - Parcelamento		2.426.538,30	4.044.713,44
OBRIGAÇÕES COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	14	1.576.642,68	1.826.622,99
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		1.817.898,09	2.359.905,07
(-) Ajuste a Valor Presente		(241.255,41)	(533.282,08)
OUTRAS OBRIGAÇÕES		8.087.311,51	3.859.829,75
Outras Obrigações a Pagar		543.793,62	808.391,69
Subvenções a Realizar	15	7.543.517,89	3.051.438,06
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL		(12.820.730,34)	(16.458.233,80)
Patrimônio Social	19	2.624.412,69	2.624.412,69
Ajustes de Avaliação Patrimonial		3.641.881,24	3.641.881,24
Superávits / Déficits Acumulados	18	(19.087.024,27)	(22.724.527,73)
TOTAL DO PASSIVO		45.525.963,78	48.377.747,14

ADRIANA RIBEIRO
BICALHO
MAZZINI:41683092821

Assinado de forma digital por
ADRIANA RIBEIRO BICALHO
MAZZINI:41683092821
Dados: 2026.03.25 16:44:06 -03'00'

CELSO ANTONIO
PAFARO:0056732
5890

Assinado de forma digital
por CELSO ANTONIO
PAFARO:00567325890
Dados: 2026.03.26 08:31:24
-03'00'

MARIO ANTONIO
MASTEGUIN:01727701810

Assinado de forma digital por
MARIO ANTONIO
MASTEGUIN:01727701810
Dados: 2026.03.25 16:50:18 -03'00'

ADRIANA RIBEIRO BICALHO MAZZINI
CONTADORA
CRC SP323559/O-8

CELSO PÁFARO
TESOUREIRO

MARIO ANTONIO MASTEGUIN
PROVEDOR



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VALINHOS

Av. Onze de Agosto, 2745-Valinhos-SP - CEP 13271-210

Fone: (19) 3869-5111 - CNPJ 46.056.487/0001-25

Site: www.santacasadevalinhos.com.br



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

	Patrimônio Social	Ajuste Avaliação	Déficits Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	2.624.412,69	3.641.881,24	(24.272.663,97)	(18.006.370,04)
Ajustes de exercicios anteriores				
Retificação de erros de exercicios anteriores			81.609,78	81.609,78
Aumento de Patrimônio Social com lucros e reservas				-
Superávit Líquido do Exercício			1.466.526,46	1.466.526,46
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	2.624.412,69	3.641.881,24	(22.724.527,73)	(16.458.233,80)
Ajustes de exercicios anteriores				
Retificação de erros de exercicios anteriores			1.903.383,39	1.903.383,39
Aumento de Patrimônio Social com lucros e reservas	-			-
Superávit Líquido do Exercício			1.734.120,07	1.734.120,07
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	2.624.412,69	3.641.881,24	(19.087.024,27)	(12.820.730,34)

ADRIANA RIBEIRO
BICALHO

MAZZINI:41683092821

Assinado de forma digital por
ADRIANA RIBEIRO BICALHO
MAZZINI:41683092821
Dados: 2026.03.25 16:44:25 -03'00'

ADRIANA RIBEIRO BICALHO MAZZINI
CONTADORA
CRC SP323559/O-8

CELSO ANTONIO

PAFARO:005673
25890

Assinado de forma digital
por CELSO ANTONIO
PAFARO:00567325890
Dados: 2026.03.26
08:31:41 -03'00'

CELSO PÁFARO
TESOUREIRO

MARIO ANTONIO

MASTEGUIN:01727701810

Assinado de forma digital por
MARIO ANTONIO

MASTEGUIN:01727701810
Dados: 2026.03.25 16:50:38 -03'00'

MARIO ANTONIO MASTEGUIN
PROVEDOR



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VALINHOS

Av. Onze de Agosto, 2745-Valinhos-SP - CEP 13271-210

Fone: (19) 3869-5111 - CNPJ 46.056.487/0001-25

Site: www.santacasadevalinhos.com.br



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	Nota	2025	2024
Receita Convênio Interno		29.429.843,14	28.472.093,47
Receita Convênio Externo		6.508.967,06	7.918.136,45
Receita Convênio SUS	21	40.491.294,14	15.601.042,60
Receita Incentivos SUS	21	7.277.042,64	744.239,60
Receita Particulares		981.487,59	1.123.026,85
Outras Receitas	20	1.866.876,56	2.110.887,53
Receita de Subvenções	21	1.842.880,78	29.423.234,85
(-) Deduções e Outras Recuperações		(582.719,85)	(5.786.331,08)
RECEITA LÍQUIDA		87.815.672,06	79.606.330,27
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(79.256.793,18)	(71.226.686,83)
Despesas com Pessoal		(33.847.504,42)	(30.842.552,90)
Despesas com Serviços de Terceiros		(29.630.374,92)	(26.466.636,08)
Despesas com Materiais de Consumo		(11.372.195,30)	(11.122.605,66)
Despesas com Manutenção		(1.414.752,37)	(871.359,11)
Despesas com Depreciações		(1.472.391,31)	(1.252.711,60)
Perdas Sobre Créditos Assistenciais		(1.519.574,86)	(670.821,48)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(4.153.421,06)	(2.991.729,75)
Contingências Trabalhistas e Cíveis		(1.859.641,42)	(909.753,93)
Despesas Gerais		(2.293.779,64)	(2.081.975,82)
RESULTADO FINANCEIRO		(2.676.079,09)	(3.953.875,58)
Receita Financeira		944.140,28	424.229,51
Despesas Financeira		(3.620.219,37)	(4.378.105,09)
ISENÇÃO DE TRIBUTOS		-	-
Outras Receitas - Isenção Tributos	22	7.856.188,66	8.972.226,62
Outras Despesas - Isenção Tributos	22	(7.856.188,66)	(8.972.226,62)
RESULTADO PATRIMONIAL		4.741,34	32.488,35
Receitas Patrimoniais		4.741,34	32.488,35
Despesas Patrimoniais		-	-
SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	19	1.734.120,07	1.466.526,46

ADRIANA RIBEIRO

BICALHO

MAZZINI:41683092821

Assinado de forma digital por

ADRIANA RIBEIRO BICALHO

MAZZINI:41683092821

Dados: 2026.03.25 16:44:43 -03'00'

CELSO ANTONIO

PAFARO:005673

25890

Assinado de forma digital por

CELSO ANTONIO

PAFARO:00567325890

Dados: 2026.03.26 08:32:05 -03'00'

MARIO ANTONIO

MASTEGUIN:017

27701810

Assinado de forma digital por

MARIO ANTONIO

MASTEGUIN:01727701810

Dados: 2026.03.25 16:51:02 -03'00'

ADRIANA RIBEIRO BICALHO MAZZINI

CONTADORA

CRC SP323559/O-8

CELSO PÁFARO

TESOUREIRO

MARIO ANTONIO MASTEGUIN

PROVEDOR

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - INDIRETO**
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2025	2024
Lucro Líquido	1.734.120,07	1.466.526,46
Despesas que não afetam o caixa		
Despesas de Depreciação/Amortização	1.472.391,31	1.252.711,60
Juros Provisionados	(205.565,92)	83.037,56
Ajustes Devedores de Exercícios anteriores	1.903.383,39	81.609,78
Provisão para Perdas sobre Créditos	1.519.574,86	670.821,48
Provisões para Ações Judiciais	577.090,42	(25.457,27)
Doações para Investimentos	-	-
SubTotal	7.000.994,13	3.529.249,61
Aumento/Diminuição em Ativos Operacionais		
Créditos de Oper. à Saúde Não Relac.c/ Planos de Saúde da Operadora	654.525,32	(1.991.470,83)
Subvenções a Receber	3.892.317,75	(17.920.357,63)
Bens e Títulos a receber	(54.166,22)	(922.418,76)
Despesas Antecipadas	(975,23)	1.560,39
Aplicações Financeiras	(2.272.762,86)	2.351.821,33
Depósitos Judiciais e Fiscais	732,99	(732,99)
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	-	-
Outros Investimentos a Longo Prazo	(3.620,24)	(121.376,39)
Aumento/Diminuição em Passivos Operacionais		
Fornecedores Bens e Serviços	(1.173.163,02)	304.718,48
Fornecedores de Serviços Médicos	(392.443,68)	293.877,13
Obrigações com Empregados	338.799,59	(150.643,23)
Obrigações com Terceiros	(29.450,32)	618.687,48
Obrigações Tributárias	114.513,80	(560.046,24)
Outras Obrigações a Pagar	(4.901.210,90)	17.415.755,34
Outros Débitos a Pagar a Longo Prazo	1.812.457,93	(1.060.987,35)
1) Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.986.549,04	1.787.636,34
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(2.141.021,10)	(2.964.474,92)
Baixado imobilizado	-	-
Intangíveis	-	-
Doações Patrimoniais	-	-
2) Caixa Líquido nas Atividades de Investimentos	(2.141.021,10)	(2.964.474,92)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	(2.630.314,72)	1.141.468,24
3) Caixa Líquido nas atividades de financiamento	(2.630.314,72)	1.141.468,24
4) Aumento líquido nas disponibilidades (1+2+3)	215.213,22	(35.370,34)
5) Saldo de caixa e equivalentes de caixa	20.841,08	56.211,42
6) Saldo de caixa e equivalentes de caixa (4+5)	236.054,30	20.841,08

ADRIANA RIBEIRO

BICALHO

MAZZINI:41683092821

Assinado de forma digital por

ADRIANA RIBEIRO BICALHO

MAZZINI:41683092821

Dados: 2026.03.25 16:45:01 -03'00'

CELSO ANTONIO

PAFARO:0056732

5890

Assinado de forma digital por

CELSO ANTONIO

PAFARO:00567325890

Dados: 2026.03.26

08:32:23 -03'00'

MARIO ANTONIO

MASTEGUIN:017277

01810

Assinado de forma digital por

MARIO ANTONIO

MASTEGUIN:01727701810

Dados: 2026.03.25 16:51:25

-03'00'

ADRIANA RIBEIRO BICALHO MAZZINI**CONTADORA****CRC SP323559/O-8****CELSO PÁFARO****TESOUREIRO****MARIO ANTONIO MASTEGUIN****PROVEDOR**



NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

NOTA 01 – ATIVIDADES OPERACIONAIS

A **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valinhos**, fundada em 10 de dezembro de 1960, é uma associação de fins não econômicos e sem prazo determinado de duração, sendo que o exercício social e financeiro coincidirá com o ano civil. A sede da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valinhos situa-se no Município de Valinhos, na Avenida Onze de Agosto, nº 2.745, sendo seu foro jurídico a comarca de Valinhos, do Estado de São Paulo, e tem por finalidade:

- a) manter, administrar e desenvolver a Entidade, bem como estabelecimentos vinculados à área da saúde que venha a criar ou receber;
- b) dispensar assistência médico-hospitalar aos enfermos e acidentados, gratuitamente ou não;
- c) prestar assistência na área de saúde aos munícipes, mediante convênio com o Gestor SUS – Sistema Único de Saúde e outros convênios.

Como instituição reconhecida de cunho filantrópico, a Entidade obriga-se a manter leitos e serviços hospitalares para o uso público, gratuito, sem distinção de raça, cor, credo, gênero ou religião, obedecendo ao princípio da universalidade do atendimento dentro das proporções estabelecidas pela legislação e normas regulamentares em vigor.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios e práticas contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e suas alterações; da Resolução do CFC nº 1.305/10, que aprovou a NBC TG 07; da Resolução do CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002; da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021; da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018; da Portaria de Consolidação MS/GM nº 1, de 28 de setembro de 2017; e dos Pronunciamentos Técnicos aplicáveis, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

NOTA 03 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Para a apresentação das demonstrações contábeis, foram adotadas as principais práticas:

- a) As operações estão registradas pelo regime de competência;
- b) Os valores realizáveis e exigíveis em prazos inferiores a 360 dias são apresentados como circulante;
- c) Os estoques estão valorados pelo custo médio de aquisição e apurados através de inventário físico. (Nota explicativa nº 06);
- d) Os investimentos estão registrados pelo valor do efetivo desembolso;
- e) O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada. A depreciação é computada pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos bens. Um item do imobilizado é baixado



após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuro resultante do uso contínuo do ativo. Em 2010 foi iniciado o processo de levantamento físico dos bens constantes do imobilizado, exceto imóveis, com a composição física de sua documentação e inserção no sistema informatizado, como parte do processo de atualização dos controles internos. Não foi aplicada sobre os seus itens a sistemática de mensuração dos valores na forma preconizada pelo Pronunciamento Técnico CPC 27 para a adoção do valor justo, como forma de ajuste do saldo inicial na adoção das normas contábeis internacionais, face à implantação dos controles físicos estarem em andamento e ainda não concluídos.

- f) O intangível se refere a direito de uso de software do sistema hospitalar e sistema operacional Windows, registrados pelo valor do efetivo desembolso e deduzidas as amortizações calculadas a taxa compatível a estimativa de sua utilização econômica (Nota Explicativa nº 12)
- g) Conforme garantia constitucional, a entidade não possui finalidade econômica e está imune ao IRPJ e COFINS sobre a Receita. A entidade também está desobrigada das contribuições previdenciárias patronais por estar certificada com o CEBAS/Saúde (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – Saúde), conforme Portaria nº 981, de 09 de outubro de 2020, que renovou a certificação CEBAS/Saúde para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023, e Portaria nº 696, de 30 de agosto de 2023, por meio da qual o Ministério da Saúde prorrogou a certificação CEBAS da Santa Casa até 31 de dezembro de 2024. Em 01 de agosto de 2024, a Entidade protocolou tempestivamente o seu requerimento de renovação, conforme **SEI nº 25000.1141762024-54**, o qual se encontra pendente de julgamento. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no §2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que **“§2º A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado”**.
- h) O Patrimônio Social é representado em valores que compreendem o Patrimônio Social inicial, acrescido de superávits, subvenções e doações para investimento e diminuído dos déficits e ajustes ocorridos. O superávit do exercício de 2025 está incorporado ao Patrimônio Social da Entidade.
- i) A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer da Administração da Entidade o uso de estimativas e pressuposições para o registro de certas transações que afetam o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultados, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados efetivos dessas transações e informações podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro de provisão para perdas, depreciações e provisão para contingências.

NOTA 04 – CRÉDITOS A RECEBER

CONVÊNIOS

	2025	2024
	R\$	R\$
Amil	446.881,85	444.972,72
Associação Plano de Saúde SCV	3.158.060,29	4.377.412,13
Bradesco	351.779,49	306.544,54
Green Life	13.474,46	13.474,46
Associação de Saúde Beneficência Portuguesa	1.699.297,50	1.430.083,58
Unimed	2.272.759,96	2.297.051,97
Outros Convênios	2.762.982,00	2.460.823,33
	10.705.235,55	11.330.362,73

**NOTA 05 – CRÉDITOS A RECEBER****CONTAS A RECEBER SUS**

	2025	2024
	R\$	R\$
PRODUÇÃO		
Produção SUS AIH	358.315,63	358.315,63
Complemento Prefeitura Municipal de Valinhos	14.663,04	14.663,04
	372.978,67	372.978,67

**NOTA 06 – BENS E TÍTULOS A RECEBER
ESTOQUES**

	2025	2024
	R\$	R\$
Medicamentos	367.107,65	402.680,38
Materiais Hospitalares	346.152,63	348.402,91
Materiais de Limpeza	61.182,06	49.436,18
Materiais de Escritório	52.327,27	51.204,96
Dieta Enteral	40.356,47	19.086,70
Gêneros Alimentícios	41.189,87	56.146,04
Outros itens	185.254,24	185.124,26
	1.093.570,19	1.112.081,43

NOTA 07 – ADIANTAMENTOS

	2025	2024
	R\$	R\$
Adiantamento a colaboradores (férias/salário)	24.553,94	122.551,04
Adiantamento a fornecedores	1.240.071,33	388.325,90
	1.264.625,27	510.876,94

**NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS OU BENS A RECEBER E SUBVENÇÕES E DOAÇÕES A RECEBER**

	2025	2024
	R\$	R\$
Outros créditos a receber	1.712.668,71	2.393.739,58
Subvenções e Doações a receber	14.268.348,08	18.160.665,83
	15.981.016,79	20.554.405,41

NOTA 09 – DESPESAS ANTECIPADAS

	2025	2024
	R\$	R\$
Seguros a apropriar		
Seguro Automóveis - Apólice 6200000268531	1.463,01	2.005,92
Vigência 14/04/2025 a 14/04/2026		
Seguro Predial - Apólice 118 06 4179617	2.622,12	1.103,98
Vigência 27/04/2025 a 27/04/2026		
	4.085,13	3.109,90

Os bens da Entidade estão segurados dentro dos limites técnicos julgados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros, para risco de incêndio, queda de raio, danos elétricos e vendaval e automóvel com cobertura total.

NOTA 10 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	2025	2024
	R\$	R\$
Depósitos Judiciais Tributos ¹	308.868,89	308.868,89
Depósitos Judiciais Processos	33.083,94	33.083,94
Penhora Judicial	27.905,62	28.638,61
	369.858,45	370.591,44

¹ Em 2017 a entidade sofreu processo de execução fiscal em virtude dos débitos tributários em aberto e não parcelados. Como fator atenuante, até que a entidade realizasse a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, foi proposto que se fizesse a retenção de 5% do faturamento referente a serviços prestados junto a Unimed Campinas. No exercício de 2018 foi realizada a liberação de parte dos depósitos.

**NOTA 11 – OUTROS INVESTIMENTOS – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**

Os valores demonstrados na conta de Outros Investimentos no Realizável à Longo Prazo têm em sua composição os seguintes investimentos:

a) UNICRED CAMPINAS

Investimentos referentes à integralização de Quotas da Unicred Campinas no montante de R\$ 617.150,98

b) UNIPRIME

Investimentos referentes à integralização de Quotas da Uniprime no montante de R\$ 215.132,19

c) SICOOB CREDICOM

Investimentos referentes à integralização de Quotas da Sicoob Credicom no montante de R\$ 7.454,39

NOTA 12 – ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O Ativo Imobilizado está demonstrado com base no valor original de custo, conforme demonstrativo a seguir. As depreciações dos bens do ativo imobilizado estão calculadas e contabilizadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: imóveis de 4% a.a.; móveis, utensílios e equipamentos: 10% a.a.; sistemas de processamento de dados e veículos: 20% a.a. O valor demonstrado como ativo intangível se refere à aquisição de licenças de softwares para uso hospitalar e do sistema operacional Windows, amortizados a taxa de 20% a.a.

	2025				2024
	Taxa em %	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	2.940.000,00	-	2.940.000,00	2.940.000,00
Edificações	4	15.144.160,05	(9.252.870,45)	5.891.289,60	6.436.115,37
Instalações	10	1.377.777,22	(768.087,76)	609.689,46	708.517,68
Equipamento Proc. Eletr.	20	1.191.907,80	(897.576,21)	294.331,59	222.912,38
Máquinas e Equipamentos	10	10.913.752,41	(6.903.857,91)	4.009.894,50	3.710.449,93
Móveis, Utensílios e Outros	10	3.391.234,23	(2.198.074,44)	1.193.159,79	965.713,98
Veículos	20	132.749,36	(66.228,12)	66.521,24	58.507,44
Outras Imobilizações	-	1.210.792,18	(129.623,80)	1.081.168,38	373.611,70
Intangível	20	246.988,31	(234.961,98)	12.026,33	13.622,62
Total		36.549.361,56	(20.451.280,67)	16.098.080,89	15.429.451,10

**NOTA 13 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS****OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – PARCELAMENTO – PASSIVO CIRCULANTE**

	2025	2024
	R\$	R\$
Parcelamentos Previdenciários		
Parcelamento Administrativo - Lei 11.345/06 INSS	890.626,15	866.305,86
Parcelamento PERT Previdenciário RFB	565.102,80	514.340,40
Parcelamento Administrativo INSS 637225589	-	111.363,77
Parcelamento Administrativo INSS 637869460	-	177.912,16
Parcelamento Previdenciário Trans Adesa	379.782,36	282.763,40
Parcelamento Previdenciário Trans Adesa	576.824,52	246.701,70
	2.412.335,83	2.199.387,29
	2025	2024
	R\$	R\$
Parcelamentos Demais Débitos (IRRF, PIS, COFINS e ISSQN)		
Parcelamento PERT Demais Débitos RFB	1.327.271,40	1.208.940,36
Parcelamento Ordinário Demais Débitos 401937	-	81.567,60
Parcelamento Ordinário Demais Débitos 402097	-	16.385,05
Parcelamento Ordinário Demais Débitos 403964	-	160.643,78
Parcelamento Demais Débitos Conv – CP1	490.963,20	429.088,70
Parcelamento Demais Débitos Conv - 1106	26.587,92	22.829,83
Parcelamento Demais Débitos Simplificados	182.373,00	143.385,26
	2.027.195,52	2.062.840,58
TOTAL DE PARCELAMENTOS CURTO PRAZO	4.439.531,35	4.262.227,87

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR**

Os empréstimos bancários, com registros no Exigível à Curto e Longo Prazo, constituem em valores tomados junto a Instituições Financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros, deduzidos das respectivas amortizações até a data do balanço.



As garantias dos empréstimos tomados pelas instituições são os seguintes:

- Santander: Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios dos recebíveis e Cessão de Créditos junto ao Ministério da Saúde (SUS).
- Unicred: Produção Hospitalar Unimed Campinas
- Uniprime: Recebíveis do convênio Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência.
- Sicoob Credicom: Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios dos recebíveis e Cessão de Créditos junto ao Ministério da Saúde (SUS).

CONTRATOS EMPRÉSTIMOS	Taxa Juros % a.m.	Parcelas Restantes	2025	2024
			R\$	R\$
Santander - 23680	0,39%	-	-	540.187,59
Uniprime - 2020250084	0,70% + 100% CDI	-	-	470.809,15
Sicoob Credicom - 1052207	0,40% + 100 CDI	02	189.488,82	1.293.106,71
Unicred - 2024020145	0,39%	-	-	221.920,44
Santander – 24590	1,45%	36	1.624.329,17	2.000.000,00
Santander – Conta Garantida	0,79% + 100% CDI	-	1.119.179,53	3.000.000,00
Bancos Diversos	-	-	-	342.834,58
Unicred - 2025020357	1,75%	12	850.000,00	-
Unicred - 2025020459	1,75%	12	1.000.000,00	-
Total – Valor presente			4.782.997,52	7.868.858,47
TOTAL OBRIGAÇÕES COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS			4.782.997,52	7.868.858,47

NOTA 15 – SUBVENÇÕES E DOAÇÕES A REALIZAR

	2025	2024
Subvenções a Realizar - Investimento	R\$	R\$
Municipal	6.773.024,46	3.350.548,19
Estadual	286.728,63	328.728,51
Federal	996.322,13	573.385,90
	8.056.075,22	4.252.662,60

**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VALINHOS**

Av. Onze de Agosto, 2745-Valinhos-SP - CEP 13271-210

Fone: (19) 3869-5111 - CNPJ 46.056.487/0001-25

Site: www.santacasadevalinhos.com.br



	2025	2024
	R\$	R\$
Subvenções a Realizar - Custeio		
Municipal	13.902.271,03	18.834.535,32
Estadual	354.574,48	318.911,11
Federal	231.027,48	-
	14.487.872,99	19.153.446,43
TOTAL SUBVENÇÕES A REALIZAR	22.543.948,21	23.406.109,03

	2025	2024
	R\$	R\$
Doações – Condicionais		
Doações Poder Judiciário	357.833,76	443.228,28
	357.833,76	443.228,28
TOTAL SUBVENÇÕES E DOAÇÕES A REALIZAR	22.901.781,97	23.849.337,31

NOTA 16 – ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	2025	2024
	R\$	R\$
Adiantamento de Clientes Particulares	2.714,00	15.328,90
Adiantamento de Operadoras	264.475,47	265.475,47
	267.189,47	279.804,37

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, IRRF, PIS, COFINS e ISSQN – PARCELAMENTO****PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

	2025	2024
	R\$	R\$
Parcelamento Administrativo/Lei 11.345/06 INSS	436.785,96	713.654,62
Parcelamento PERT Previdenciário RFB	334.424,36	833.622,48
Parcelamento Previd. Transação Adesão	854.510,65	1.139.591,08
Parcelamento Previd. Transação Adesão	1.345.923,71	1.846.346,04



Parcelamento PERT Demais Débitos RFB	706.314,30	1.886.212,27
Parcelamento Demais Débitos Conv - LP	1.145.580,80	1.460.655,93
Parcelamento Demais Débitos Conv - LP	73.116,69	88.821,46
Parcelamento Demais Débitos Simplificados	501.526,51	609.023,78
	5.398.182,98	8.577.927,66

NOTA 18 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No exercício de 2025, foram realizados lançamentos contábeis na conta de Superávits/Déficits Apurados, decorrentes principalmente de:

- Devolução de rendimentos de aplicação financeira vinculados a recursos de subvenções de exercícios anteriores, em atendimento às exigências dos respectivos instrumentos (Termos de Convênio e Termos de Fomento); e
- Reconhecimento de ajuste de glosa de faturamento – PSC, e erros em lançamentos anteriores, referente à revisão de valores previamente registrados.

Os lançamentos relacionados às devoluções de rendimentos foram registrados a débito da conta de resultado, refletindo a restituição de valores que não permaneceram como receita da entidade.

Por sua vez, o ajuste de glosa foi registrado a crédito, impactando positivamente o resultado do exercício, em razão da reversão/adequação de valores anteriormente reconhecidos.

Como efeito conjunto dessas movimentações, observou-se uma redução do déficit no montante de R\$ 1.903.383,39 (um milhão, novecentos e três mil, trezentos e oitenta e três reais e trinta e nove centavos).

Abaixo, demonstram-se os principais lançamentos realizados no período:

Data	Histórico	Valor
01/01/2025	Dev. Rendimento Aplicação Financeira – TC 01/2024	(24.228,63)
13/02/2025	Dev. Rendimento Aplicação Financeira – TC 929921/2022	(5.904,24)
22/05/2025	Dev. Rendimento Aplicação Financeira – TF 01/2024	(3.235,74)
22/05/2025	Dev. Rendimento Aplicação Financeira – TF 02/2024	(1.360,88)
22/05/2025	Dev. Rendimento Aplicação Financeira – TF 03/2024	(3.053,25)
22/05/2025	Dev. Rendimento Aplicação Financeira – TF 04/2024	(1.840,82)
22/05/2025	Dev. Rendimento Aplicação Financeira – TF 05/2024	(2.549,79)
22/05/2025	Dev. Rendimento Aplicação Financeira – TF 06/2024	(6.610,06)
22/05/2025	Dev. Rendimento Aplicação Financeira – TF 07/2024	(11.215,62)
22/05/2025	Dev. Rendimento Aplicação Financeira – TF 09/2024	(6.323,85)
22/05/2025	Dev. Rendimento Aplicação Financeira – TF 10/2024	(1.600,88)
22/05/2025	Dev. Rendimento Aplicação Financeira – TC 04/2024	(449,37)
30/06/2025	Estorno Valor Apropriado Rendimento - TC 04/2023	(1.308,38)
31/12/2025	Ajuste de Glosa realizada de Faturamento – PSC	1.973.064,90
	Total	1.903.383,39

**NOTA 19 – SUPERÁVITS / DÉFICITS ACUMULADOS**

O resultado econômico positivo apurado no exercício de 2025, evidenciado na demonstração de resultados do exercício de R\$ 1.734.120,07 (Um milhão, setecentos e trinta e quatro mil e cento e vinte reais e sete centavos), será incorporado ao Patrimônio Social conforme determina o Estatuto Social da entidade.

NOTA 20 – OUTRAS RECEITAS

	2025	2024
	R\$	R\$
Aluguéis	366.859,17	537.934,88
Outras Receitas (Refeições, Taxas Adm., Reemb. Despesas etc.)	887.086,62	763.908,76
Recuperação de Créditos Nota Fiscal Paulista	22.193,58	42.817,86
Reversão de Provisões (ANS, Contingências e PDD)	-	1.142,22
	1.276.139,37	1.345.803,72

	2025	2024
	R\$	R\$
DONATIVOS¹		
Doações em produtos/bens	218.448,08	307.367,00
Donativos em Numerários Pessoa Física	25.063,40	76.838,66
Donativos em Numerários Pessoa Jurídica	84.264,05	30.829,72
Doação Poder Judiciário Resolução 154	85.394,52	87.494,52
Donativos Lei 11.021/01 – Cartório	177.567,14	158.760,91
Doação Projeto CPFL Energia Fotovoltaica	-	103.793,00
	590.737,19	765.083,81
TOTAL OUTRAS RECEITAS	1.866.876,56	2.110.887,53

¹Donativos: são transferências feitas em caráter definitivo de recursos financeiros ou do direito de propriedade de bens móveis e imóveis, com as finalidades de custeio, investimentos e imobilizações, sem contrapartida do benefício dos recursos.

Os donativos estão registrados na demonstração de resultado e foram aplicados exclusivamente no desenvolvimento das atividades operacionais da entidade.

**NOTA 21 – RECEITA DE SUBVENÇÕES**

	2025	2024
	R\$	R\$
Subvenção Realizada - Investimento		
Municipal	360.653,39	612.119,00
Estadual	41.999,88	91.730,36
Federal	106.924,94	1.108.655,86
	509.578,21	1.812.505,22
	2025	2024
	R\$	R\$
Subvenção Realizada - Custeio		
Municipal	48.050.267,85	26.644.143,66
Estadual	1.051.371,50	296.585,97
Federal	-	670.000,00
	49.101.639,35	27.610.729,63
TOTAL SUBVENÇÕES REALIZADAS	49.611.217,56	29.423.234,85

Os recursos recebidos de subvenções da iniciativa pública foram registrados em contas específicas, de acordo com a NBC T 19.4 - Subvenção e Assistência Governamentais e CPC 07.

NOTA 22 – ISENÇÃO DE TRIBUTOS

	2025	2024
	R\$	R\$
Isenções Previdenciárias e Tributárias Usufruídas		
Cota Patronal (INSS + SAT + Terceiros)	6.713.842,48	6.707.160,86
Contrib. Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.142.346,18	2.265.065,76
	7.856.188,66	8.972.226,62

Conforme a legislação vigente, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valinhos é uma entidade sem finalidade econômica e portadora do CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – Saúde e está isenta do pagamento da contribuição ao INSS relativo à cota patronal e à COFINS. A isenção tributária foi contabilizada no resultado como se os tributos fossem devidos.

**NOTA 23 - ATENDIMENTOS**

Em atendimento a Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021, a Entidade ofertou ao gestor local do SUS através de ofício protocolado, a prestação de seus serviços no percentual mínimo de 60% para o exercício de 2025.

A Santa Casa é hospital de referência da Secretaria de Saúde do Município para internações hospitalares.

O volume de internações hospitalares SUS processadas de acordo com o DATASUS / MS no exercício de 2025 foi de 65,80% e atendimentos e procedimentos ambulatoriais SUS de 24,90% (porém, neste caso como a apuração foi maior que 10%, considera-se o percentual limite de 10%), bem como a inclusão do acréscimo de 1,5% decorrente das ações prioritárias desenvolvidas pela Entidade no atendimento às urgências e emergências, resultando em 77,30%, a apuração da prestação anual de serviços ao SUS.

a) Internações SUS e Não SUS

2025		
	Paciente/dia	%
SUS	23.094	65,80%
Não SUS	12.005	34,20%
Total	35.099	100%

b) Atendimentos e procedimentos ambulatoriais SUS e Não SUS

2025		
	Qtde.	%
SUS	14.044	24,90%
Não SUS	42.355	75,10%
Total	56.399	100%

c) Resumo da apuração da prestação anual de serviços ao SUS

- Percentual de paciente-dia – SUS 65,80%
- Atendimentos e procedimentos ambulatoriais – SUS 10,00%
- Percentual referente às ações prioritárias (atenção às urgências e emergências) 1,50%

Total 77,30%

Fonte: Dados extraídos dos sistemas de informações do Ministério da Saúde - DATASUS.

NOTA 24 - PROVISÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25, aprovada pela Resolução CFC nº 1.180/09 e no Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Tais valores decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal da entidade e movidos por terceiros. Essas contingências foram avaliadas por nosso Departamento Jurídico e quantificadas por meio



de critérios que permitiram a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

As contingências são classificadas da seguinte forma: a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; b) possíveis, onde somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e c) remotas, que não requerem provisão nem divulgação.

Todos os processos classificados como provável estão devidamente provisionados ou já foram realizados depósitos judiciais em importe que alcança a totalidade do débito estimado.

Segue abaixo a relação de processos classificados como possível:

Natureza	Valor total
Cível	R\$ 599.924,91
Trabalhista	R\$ 588.000,00

NOTA 25 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros destinados a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e/ou taxa de juros, haja vista não possuir operações com essas características. O valor contábil dos demais instrumentos financeiros apresentados nos balanços patrimoniais não difere substancialmente dos valores de mercado.

NOTA 26 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Não é de nosso conhecimento, até a presente data, qualquer evento subsequente que possa afetar de forma relevante a posição patrimonial e financeira no próximo exercício da Irmandade.

NOTA 27 – RECLASSIFICAÇÃO

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram reclassificadas, quando pertinente, para fins de comparação, para atendimento das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Valinhos, 31 de dezembro de 2025.

ADRIANA RIBEIRO
BICALHO
MAZZINI:41683092821

Assinado de forma digital por
ADRIANA RIBEIRO BICALHO
MAZZINI:41683092821
Dados: 2026.03.25 16:45:41 -03'00'

ADRIANA RIBEIRO BICALHO MAZZINI

CONTADORA

CRC SP323559/O-8

CELSO ANTONIO
PAFARO:005673
25890

Assinado de forma digital
por CELSO ANTONIO
PAFARO:00567325890
Dados: 2026.03.26
08:33:00 -03'00'

CELSO PÁFARO

TESOUREIRO

MARIO ANTONIO
MASTEGUIN:0172770
1810

Assinado de forma digital por
MARIO ANTONIO
MASTEGUIN:01727701810
Dados: 2026.03.25 16:52:03 -03'00'

MARIO ANTONIO MASTEGUIN

PROVEDOR



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VALINHOS

Av. Onze de Agosto, 2745-Valinhos-SP - CEP 13271-210

Fone: (19) 3869-5111 - CNPJ 46.056.487/0001-25

Site: www.santacasadevalinhos.com.br



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados membros efetivos do **Conselho Fiscal da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valinhos** reuniram-se nesta data em conformidade com as disposições legais e estatutárias conforme disposto no Art. 36 item A., para efetuar a verificação e exame das Demonstrações Contábeis e demais documentos encerrados em **31 de dezembro de 2025**, e são de parecer que os mesmos refletem a aplicação das melhores práticas contábeis à composição de seu resultado.

Valinhos, 25 de março de 2026.

ALEXANDRE
RODRIGUES DE
SOUZA:256827
72890

Assinado de forma
digital por ALEXANDRE
RODRIGUES DE
SOUZA:25682772890
Dados: 2026.03.26
08:52:01 -03'00'

Alexandre R. de Souza
Secretário



Documento assinado digitalmente

ANDERSON RODRIGUES PEPATO

Data: 26/03/2026 11:44:03-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Anderson Rodrigues Pepato
Presidente em Exercício

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Senhores Administradores da

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valinhos

Valinhos – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valinhos, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valinhos em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data.

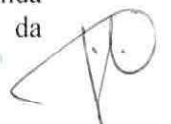
Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião quanto ao assunto, em 31/12/2025 o Passivo Circulante da Entidade excedia seu Ativo Circulante em R\$11.224.204,18 (onze milhões, duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e quatro reais e dezoito centavos) e seu Passivo total excedia seu Ativo total em R\$12.820.730,34 (doze milhões, oitocentos e vinte mil, setecentos e trinta reais e trinta e quatro centavos) que corresponde ao Passivo a Descoberto ou Patrimônio Líquido Negativo. Esses fatores podem levantar dúvida substancial de que a Entidade tenha condições de manter a continuidade normal de suas atividades. As Demonstrações Contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e à classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores de liquidação e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar operando.

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3-e, que descreve a situação do ativo imobilizado da entidade. Conforme ali exposto, durante o exercício de 2010 foi iniciado processo de levantamento físico e atualização dos registros de bens do imobilizado, excetuados os imóveis, incluindo a documentação e informatização dos dados. Contudo, tal processo encontrava-se ainda em andamento e não havia sido concluído ao encerramento do exercício. Em razão da



incompletude dos controles físicos, existe incerteza quanto à integridade e existência de parcela do ativo imobilizado. Todavia, considerando que os bens pendentes de regularização são predominantemente antigos, com reduzido valor residual, não foram identificados impactos materiais sobre as demonstrações contábeis. Nossas conclusões de auditoria não foram modificadas em relação a este assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valinhos em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por nós, para as quais foi emitido Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado de 23 de abril de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

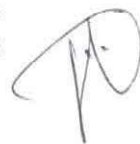
A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes



AUDIOESP

AUDITORIA E CONSULTORIA

existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 25 de março de 2026.



AUDIOESP

AUDITORIA E CONSULTORIA



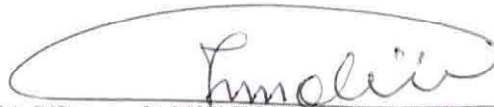
AUDIOESP – AUDITORIA E CONSULTORIA S/S.

CRC n.º 2SP013587/O-8

Ato Declaratório CVM n.º 8292/05

IBRACON Nacional n.º 161

Código CVM n.º 7218



JAMIR TOMAZ OLIVEIRA

CRC n.º 1SP100506/O-8

CNAI n.º 1300